

SÁBADO — 30 DE JANEIRO DE 1988

Educação Mensalidades ainda sem definição oficial

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Conselho Federal de Educação reuniu-se ontem para discutir a proposta do Ministério da Educação de liberar totalmente as mensalidades cobradas pelas instituições particulares de ensino. Atualmente, o poder de criar normas para os reajustes das escolas particulares é do Ministério da Fazenda, que está buscando, em reuniões semanais com técnicos do Ministério da Educação, os critérios que regerão os reajustes das mensalidades no primeiro semestre deste ano.

Técnicos do Ministério da Fazenda e da Educação discutem atualmente três propostas: a liberação total das mensalidades, defendida pelo MEC; a liberdade vigiada, onde se estabeleceria uma margem de lucro fixa para as escolas, somada aos seus custos acumulados no semestre; e a volta do poder de criar as normas para as mensalidades aos conselhos estaduais de educação, como era no ano passado.

De acordo com o secretário-geral-adjunto do MEC, Hélio Matos, os representantes do Conselho Federal de Educação e dos conselhos estaduais de educação manifestaram "profundo desagrado" com a situação de indefinição sobre a legislação que regerá o reajuste das mensalidades escolares em 88. De acordo com o secretário, o início do ano letivo já

está próximo e as escolas não sabem como proceder, o que vem provocando distorções, com alguns colégios fazendo reajustes pela variação da OTN por conta própria.

Segundo Hélio Matos, as preocupações e as sugestões levantadas durante o encontro devem ser levadas ao ministro da Educação, Hugo Napoleão, que se reúne na próxima semana com o ministro da Fazenda, Maflson da Nóbrega, para definir os critérios de reajuste. Para os participantes da reunião, os conselhos estaduais desejam continuar com o poder de decidir os reajustes, como tiveram durante todo o ano passado. Causou ainda estranheza a ausência de representantes do Ministério da Fazenda.

Tanto a proposta de liberação total das mensalidades como a de liberdade vigiada não são aceitas pelos representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) junto à Comissão Federal de Encargos Educacionais, que também participaram da reunião. Para a UNE, a liberação não passa de uma estratégia governamental como objetivo de privatizar e elitizar a educação no Brasil. Segundo os representantes da entidade, o clima entre os presidentes dos conselhos estaduais de Educação é de completa desesperança. "Todo mundo fala que as comissões de encargos educacionais estão desmoralizadas e se movem num emaranhado de leis", desabafaram alguns conselheiros.